



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA NÚMERO DEZOITO

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de Mil Novecentos e Noventa e Sete, pelas vinte horas e trinta minutos, verificada a existência de quorum, reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho em Sessão Ordinária, para o que tinha sido convocada pelo seu Presidente, nos termos da Lei, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- **Um - Estado da Saúde no Concelho de Manteigas: Discussão do Inquérito feito à população;**
- **Dois - Provedor do Ambiente;**
- **Três - Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.**

Aberta a Sessão e depois de conferidas as presenças dos Deputados desta Assembleia, verificou-se a ausência dos Deputados Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos, Fernanda Isento Pereira e João Lucas Leitão. Os Senhores Deputados Carlos Viegas e João Leitão haviam dado prévio conhecimento das faltas, pelo que foram consideradas justificadas.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de inscrições para o público que quisesse intervir, tendo-se inscrito os Múncipes José António Massano Monteiro e António Manuel de Lemos Santos.

O Senhor Múncipe José António Massano Monteiro disse ter conhecimento de uma reunião de autarcas da região para falarem sobre as estradas. Constatou-se ter havido distribuição de verbas, qual a fatia que cabe a Manteigas e onde e quando pensa a Câmara Municipal aplicá-la.

Perguntou o porquê das obras da conduta de água neste altura do ano e para quando o fim previsível da obra. O pavimento será repostado ou esperará pelo projecto de alargamento e rectificação daquela estrada.

Perguntou em que fase se encontra o projecto florestal da Reboleira, qual o montante já investido e se o acompanhamento técnico tem sido feito.

Questionou ainda sobre se havia informações sobre as passagens de casas de guarda dos Serviços Florestais para o Parque Natural.

Chamou a atenção para alguma falta de limpeza na Fonte Santa e para a o que pensa ser um mau exemplo, o aproveitamento do espaço da ETAR, como parque de viaturas abandonadas.

O Senhor Múncipe António Manuel de Lemos Santos referiu que como cidadão livre de um país democrático, não se deixaria calar. Dado o que se passou na última Assembleia, tendo-lhe sido negado o direito de resposta, bem como a falta de resposta à carta sua anteriormente apresentada ao Senhor Presidente, vai passar a estar presente nas Assembleias Municipais como público. Lamentou ainda a interpretação restritiva da Lei feita pelo Senhor Presidente da Assembleia, sobre o direito de intervenção dos Vereadores nas Assembleias.

O Senhor Presidente da Assembleia disse anotar a intervenção do Senhor Múncipe António Manuel de Lemos Santos. Disse-lhe também que respeito por todos, “tomou muito chá de pequenino” e que no respeitante às interpretações da Lei, assume as responsabilidades das mesmas, se com elas tiver que ser confrontado. Deu de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelo outro município.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Presidente da Câmara disse que não havia qualquer verba para estradas. Há sim um Plano de Desenvolvimento Integrado para a Serra da Estrela, nomeadamente para a zona dos lanifícios. Neste contexto, houve uma reunião com o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas o qual se comprometeu perante vários Presidentes de Câmara e Governador Civil a fazer rectificação da Estrada da Lapa, desde o cruzamento de São Gabriel até à Casa da Roda, através da Junta Autónoma de Estradas, bem como a ligação de Valhelhas à Guarda.

Há também um acordo entre as Câmaras Municipais da Guarda, Gouveia e Manteigas para ser feita a ligação de Videmonte ao Covão da Ponte.

Quanto à 338, a colocação da conduta é da responsabilidade da Unidade de Engarrafamento de Águas que pediu licença à JAE para o efeito. A Câmara Municipal acautelou a situação e pediu que durante os fins de semana até à Páscoa não houvesse intervenção, para tentar minimizar o incomodo.

Quanto à oportunidade, a empresa tem prazos a cumprir e não se podem estar a criar entraves ao investimento feito.

Quanto ao projecto florestal da Reboleira, a execução é da responsabilidade da empresa que adjudicou a mesma e o acompanhamento é feito pelo Instituto Florestal, pois a Câmara Municipal não dispunha de técnicos para fazer o acompanhamento do projecto. Os autos de medição têm aparecido devidamente elaborados e assinados pelo Instituto Florestal pelo que pensa estar o projecto a ser devidamente acompanhado.

No tocante à casa do guarda, tanto ele como o seu colega de Gouveia, falaram ao Senhor Secretário de Estado nas casas abandonadas junto às estradas e que poderiam ser aproveitadas por exemplo, para instalação de postos de venda de artesanato. O Senhor Secretário de Estado disse que iria estudar o assunto.

A Fonte Santa é um lugar nobre da Vila e não poderá ser descurada, pelo que será alvo de maior atenção, se tal não está a acontecer. A ETAR, pela sua localização é também uma zona nobre, pelo que será arranjada toda aquela zona por forma a diminuir o impacto que uma obra daquelas sempre acarreta. Já foram para isso plantadas algumas árvores e será feito brevemente uma intervenção para resolver o problema.

Também foi solicitado à GNR que fosse feita a identificação das viaturas abandonadas nas ruas do Concelho para serem removidas. Já foi feito o levantamento no respeitante à freguesia de Sameiro e espera-se a todo o momento o respeitante à Vila de Manteigas.

Terminadas as respostas, o Senhor Presidente da Assembleia leu a carta remetida pelo Senhor Deputado Albino Leitão em que apresenta a renuncia do mandato de Deputado na Assembleia Municipal de Manteigas.

Deu também conhecimento da restante correspondência recebida e colocou-a à disposição dos interessados.

Por fim leu uma carta remetida pela Senhora Múncipe Aurora de Jesus Quaresma Domingos sobre o loteamento do Olival da Quinta. Despachou esta carta para a Câmara Municipal para esta informar a Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente abriu o período de **Antes da Ordem do Dia** tendo o Senhor Deputado Novo de Matos questionado por que razão a sessão havia sido marcada para as 20h 30m tendo havido uma proposta apresentada por ele e aprovada pela Assembleia que marcava para as 21h o início.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Presidente da Assembleia disse que tinha marcado para essa hora porque pensava que a discussão do Inquérito de Saúde levaria muito tempo.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à discussão a acta da sessão anterior que depois de feitas as correcções achadas necessárias foi aprovada por maioria, com catorze votos a favor e uma abstenção, por ausência.

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos.

Um - Estado da Saúde no Concelho de Manteigas: Discussão do Inquérito feito à população.

Inscreeveu-se para discussão deste ponto de ordem o Senhor Deputado Novo de Matos.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que já havia dado entrada na Mesa uma proposta subscrita pelos Deputados do PSD.

O Senhor Deputado Novo de Matos disse que ressaltava do inquérito que o serviço público é deficitário pois as pessoas recorrem, na sua maioria, à clínica privada. Também é referido que as pessoas preferem a clínica privada, o que é anedótico porque os médicos do serviço público são os mesmos que fazem a clínica privada. Pensa que o que se pretendia dizer é que se preferem os médicos quando estes estão a fazer clínica privada. Denota-se também que há um certo envelhecimento da população que recorre ao serviço público, 70% têm mais de 60 anos. Isto demonstra uma certa falha na assistência social, tal como acontece em todo o país. Também se verifica que o Serviço de Atendimento Permanente (SAP) é o mais concorrido, o que demonstra que o Centro de Saúde está a falhar, pois as pessoas recorrem ao SAP para serem mais rapidamente atendidas, mesmo que não tenham uma urgência. O problema deste serviço é que há 25% dos utentes que o consideram mau. Também há outros tantos que classificam esse serviço de bom. O que se denota é que quem melhor considera os serviços de saúde são as pessoas mais velhas e com menos habilitações, enquanto que os que pior o consideram são os mais novos e com mais habilitações. Disse ser natural esta situação.

Segundo o inquérito, os principais problemas apresentados pela população são: dificuldade e/ou demora no atendimento, falta de permanência do médico na urgência, falta de especialistas e falta de médicos.

Foi proposto um novo sistema de marcação de consultas no Centro de Saúde, a permanência do médico na urgência, a existência de mais médicos, a existência de médicos especialistas, o reforço dos equipamentos e a melhoria do atendimento por parte dos funcionários e/ou dos médicos.

Perguntou o que é que pensa cada um dos partidos deste assunto.

O Senhor Deputado Luís Melo referiu que não pretendia intervir sobre a matéria por ser um elo desta cadeia. Contudo, pensa que tem a obrigação de fazer alguns comentários ao estado da saúde de Manteigas. Ao fim de 18 anos de estar cá como médico, congratula-se pelo estado da saúde em Manteigas. Os dados disponíveis levam a que isso aconteça. Taxa de cobertura do Centro de Saúde, tendo por base uma população de 4.102 habitantes, na ordem dos 99.2%, utentes activos na ordem dos 59.6%, rácio médio por habitante de 1506 e média de consulta por utente de 6.7%, o que desmente ser uma necessidade a consulta privada.

Também se encontram inscritas em planeamento familiar, uma das funções específicas do Centro de Saúde, 909 mulheres dos 15 aos 49 anos e em nascimentos 34. Estão inscritas em planeamento familiar 18.8% das mulheres. Em saúde materna estão inscritos 85.2% e em revisões de puerpério na ordem dos 83%.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Em saúde infantil, a taxa de cobertura de nascidos no Concelho é de 108%. Passa os 100% devido às crianças que vêm para o Beiral e Casa de Cristo Rei. A precocidade na primeira consulta, antes dos 28 dias de vida portanto, é de 100%.

As consultas no SAP são, em média / ano, de 0.51 por habitante. Dos atendimentos ali efectuados, apenas 3.42% têm necessidade de ser enviados para os centros de cuidados diferenciados. O número de falecidos no SAP é de 0%.

Em hipertensos, estão 100% diagnosticados, estando 90.56% controlados e 9.46% em programa. Quanto a diabéticos, tem uma taxa de cobertura de 90.8%, sendo 6.7% insulínodépendentes e 93.3% não insulínodépendentes.

No Plano Nacional de Vacinação em DTP está com 129.4%, devido à “importação” de freguesias limítrofes de crianças para vacinação. Foi também dando alguns números de outros Concelhos do distrito da Guarda para mostrar que em quase todos os casos Manteigas estava bem à frente de todos ou outros. Mostrou também alguns casos, nomeadamente o Concelho de Almeida, onde parece não ter havido rigor na colheita dos dados que apresentou.

Tendo em conta que no ano de 1995 foram dadas 4374 consultas pelo médico A, 5009 pelo médico B e 7207 pelo médico C, sendo A, B e C os médicos pela regressividade em relação à antiguidade, e, no ano de 1996, foram dadas pelo médico A, 4006 consultas, 5061 pelo médico B e 6432 pelo médico C, concluiu que os médicos e outro pessoal ligado à saúde têm sido uns mouros de trabalho. Disse não admitir a ninguém que diga que alguma vez em Manteigas foram desviado do serviço público utentes para os consultórios privados, tanto dele como de outro colega.

Quanto ao pessoal de enfermagem, o corpo actual é constituído praticamente só por naturais de Manteigas e que brevemente passarão a efectivos, aqueles que ainda o não estão.

Os aspectos negativos são obviamente a marcação de consultas e o tempo médio de espera por consulta, além da demora na resposta dos meios complementares de diagnóstico.

Mesmo assim, se comparamos com o que se passa no resto do país, estamos também neste aspecto melhor que os restantes.

O Senhor Presidente da Assembleia leu e pôs à discussão a proposta apresentada pelo PSD.

O Senhor Deputado Novo de Matos disse concordar plenamente com o teor desta proposta e que por aquilo que conhece de Manteigas, deveria haver pelo menos mais dois médicos a exercer neste Concelho.

Referiu que a intervenção do Senhor Deputado Luís Melo do ponto de vista político não era pertinente, uma vez que falou não só como representante do PSD, como médico e ainda ex-Director do Centro de Saúde e que até reagiu de alguma maneira como se estivesse a ser atacado. Não era sua intenção atacar ninguém, nem agora nem desde o início quando apresentou a proposta de realização deste inquérito.

Disse estar à espera de uma outra intervenção que dissesse provavelmente que tinha excesso de doentes e que existem estes ou aqueles problemas, que ele sente no dia-a-dia, tanto no exercício de clínica privada como pública, para se tentar depois arranjar solução para eles.

Perguntou se os números são credíveis, visto ter sido até apontado um caso em que parece não haver rigor. Se uns não são rigorosos os outros são. Pode dizer que por ser honesto os números são verídicos, mas os visados na provável incorrecção poderão dizer exactamente o mesmo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Mesmo partindo do pressuposto que os números estão correctos, lamentou que não tenha havido ainda qualquer intervenção nem do PS nem do PP sobre um assunto tão importante como este, não se está a discutir o estado da saúde do Concelho de Manteigas mas sim da saúde dos números referentes ao Concelho de Manteigas.

O Senhor Deputado referiu ainda que um dos maiores problemas apontados era a marcação de consultas mas esse é quase um problema insolúvel. Deveria ser feita uma educação do utente no sentido de não irem para a porta do Centro de Saúde às 4 da manhã para apanharem a vez. Poderiam também instalar um sistema informático que permitisse ter acesso às fichas dos doentes em qualquer momento, podendo assim atender as pessoas mesmo que não tenham consulta marcada.

Apresentou ainda uma proposta para realização de um fórum sobre saúde.

O Senhor Deputado Luís Melo esclareceu que o SAP não é um serviço de urgência mas sim um atendimento permanente, ou seja, não implica que as pessoas que lá vão estejam com um problema urgente. Referiu ainda que é indiscutível que nos últimos dez anos a saúde em Portugal deu um salto qualitativo. Já foram tentados vários métodos para marcação de consultas mas, acabam por entrar em colapso passado pouco tempo. Apesar dos números não serem tão maus como isso, é sempre sua vontade fazer mais e melhor pela saúde no Concelho de Manteigas. Referiu para terminar que a maior culpa da actual situação é a estrutura da saúde deste país e não do pessoal médico, de enfermagem ou administrativo. Não há uma interligação profícua entre os vários níveis das Subregiões, Regiões e Ministério da Saúde.

Quanto ao fórum, foi feito um ainda há não muito tempo, tendo feito parte do programa de especialização dum médico a exercer em Manteigas.

O Senhor Presidente da Câmara quis deixar uma homenagem aos três médicos que apesar de tudo o que foi apontado, garantem a prestação de cuidados de saúde 365 dias por ano em Manteigas, Concelho perfeitamente enjeitado pelo Poder Central, que até uma estrada para nos poder ligar a um Hospital Distrital nos foi negada e sucessivamente adiada até hoje. Esperamos que este problema esteja a ser resolvido mas a verdade é que continuamos a 42 km de curvas e contra-curvas do hospital que abrange esta área em termos de cuidados mais diferenciados de saúde.

As pessoas de Manteigas têm a cultura que têm, têm da medicina a imagem que têm e que exige um determinado tipo de prestação de saúde. A verdade é que temos mortalidade infantil zero e mortalidade materna também zero. Portanto, nos cuidados de saúde primários se calhar não estamos assim tão mal. Ora, as pessoas queixam-se de dificuldade de acesso às consultas. É evidente que com apenas três médicos e com isolamento ainda existente, será difícil fazer algo mais que isto. São porventura necessários mais médicos, mais meios de diagnóstico, maior especialização do pessoal, melhoria das instalações. Se calhar estamos bem no número de camas. Diga a Assembleia o que é necessário que a Câmara cá está para as reivindicar junto de quem de direito. Há na Mesa uma proposta que expõe exactamente quais parecem ser as necessidades e quais as soluções para elas e a outra com um carácter formativo e informativo que é sempre salutar.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação as propostas apresentadas pelo PSD e pela CDU, tendo sido ambas aprovadas por unanimidade. Estas propostas encontram-se em anexo a esta acta.

Feito um intervalo, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos:

Dois - Provedor do Ambiente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Presidente da Assembleia informou os Senhores Deputados que tinha em seu poder um ofício da Câmara Municipal que informava ter sido deliberado pelo Executivo não haver necessidade de alterar o Estatuto do Provedor do Ambiente antes deste estar a exercer funções e ver na prática quais e se necessárias.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que ao abrigo do artigo 23º do Estatuto, este poderia ser alterado pela Assembleia Municipal sempre que necessário, desde que para tanto houvesse propostas escritas nesse sentido. Perguntou por isso se alguém tinha propostas para apresentar.

O Senhor Deputado Novo de Matos perguntou se devido à intenção manifestada pelo Provedor indigitado de não tomar posse sem as alterações ao Estatuto por ele pretendidas, se não se estaria a incorrer em erro, estar a fazer a alteração sem saber da sua proposta.

O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, detentor do Pelouro da Cultura, disse que a Câmara Municipal, como já havia sido informado, achou por bem pronunciar-se sobre esta matéria e deliberar não haver necessidade de alterar o Estatuto para já. Se bem que as alterações aos artigos 11º, 12º, 13º, 14º e 15º não tenham nada de muito especial pois o pretendido é encurtar os prazos constantes no actual Estatuto o mesmo não pode ser dito em relação ao artigo 2º, pois a alteração pretendida dá ao Provedor um carácter decisório, passando assim a ser na prática quase um sexto vereador.

O Senhor Deputado Novo de Matos, após ter ouvido o conteúdo proposto para o artigo 2º, disse concordar com o Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso pois não poderá ser dado ao Provedor um carácter decisório, mas sim um carácter recomendativo / sugestivo.

O Senhor Deputado Luís Melo disse defender intrinsecamente a figura de Provedor do Ambiente, mas não consegue ver qual o enquadramento legal para uma situação em que este tenha poder decisório, mesmo, por outro lado, dado não ser um cargo eleito, não poderia ter poder decisório. A legislação em vigor limita aos órgãos locais, Câmara Municipal e Assembleia Municipal o poder decisório. Por outro lado e independentemente do apontado, não concorda com a atribuição de poder decisório por não ser um cargo sujeito a sufrágio directo e universal.

Disse ainda que o Provedor tem hoje em dia meios suficientes para “obrigar” o Poder a tomar as decisões necessárias e a fazer eco das suas sugestões e recomendações.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que achava que o Provedor do Ambiente deveria ser a voz da consciência. O Estatuto do Provedor serve para que ele possa estar perfeitamente autónomo em relação ao Poder Político e não fazendo parte desse mesmo Poder. Se não estiver nem acima nem abaixo do Executivo, nunca poderá ser acusado de não cumprir o seu papel se um determinado assunto não for tido em conta após a sua recomendação, visto que poderá sempre justificar que fez a recomendação, chamou à atenção e tentou mostrar a importância do assunto e qual o caminho a ser tomado, não poderá é ser responsabilizado pelas decisões, pois essas cabem ao Executivo.

A revisão do Estatuto será feita se depois de estar em exercício, chegar à conclusão que está a haver atropelos constantes, será feita com toda a abertura e entendimento.

Dado o Provedor indigitado estar presente o Senhor Deputado Luís Melo sugeriu que fosse ouvido de viva voz as suas razões e pontos de vista.

O Senhor Presidente da Assembleia disse não ver qualquer problema nisso, desde que nenhum membro da Assembleia Municipal se opusesse. Dado não haver qualquer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

objecção, o Senhor José António Massano Monteiro interveio para dizer que o encurtamento dos prazos se ficava a dever ao ajustamento dos tempos de resposta consonantes com a realidade do Município de Manteigas, visto os constantes do Estatuto serem bastante dilatados para a magnitude deste Concelho.

Outra proposta era que houvesse fundamento para o Executivo não aceitar as sugestões feitas pelo Provedor, em vez de ser como consta neste Estatuto, em que única e simplesmente podem não ser aceites as sugestões sem uma razão plausível. Quanto ao artigo 2º não faz finca-pé dele pois se não há enquadramento jurídico é evidente que não pode exigir que ele seja aceite. A ideia era simplesmente prevenir possíveis deturpações, porque vai haver quem veja no Provedor do Ambiente como a pessoa que resolve todos os problemas, desde o muro que está a cair até ao caminho estragado.

O Senhor Deputado Novo de Matos, pela CDU e o Senhor Deputado Luís Melo, pelo PSD, apresentaram uma proposta de alteração do Estatuto, que se encontra em anexo a esta acta e que contempla as alterações pretendidas pelo Provedor indigitado excepto o artigo 2º, por não ter enquadramento legal.

O Senhor Presidente da Assembleia pôs a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Esta proposta foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

O Senhor Presidente da Assembleia reiterou a indigitação e o convite ao Senhor António José Massano Monteiro, tendo-o questionado se queria tomar posse do cargo naquele momento, ao que este lhe respondeu que não estava preparado para isso, que pretendia algum tempo para pensar, prometendo uma resposta durante o fim-de-semana.

Três - Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.

O Senhor Deputado Novo de Matos voltou a chamar a atenção para a falta de data da informação que a Câmara Municipal presta à Assembleia Municipal.

Distribuiu também uma classificação do Ranking Ambiental dos Municípios Portugueses publicada pela revista Forum Ambiente, em que Manteigas aparece em 16º lugar. Mesmo assim, poderíamos estar talvez em primeiro lugar se tivéssemos tratamento de lixos e a ETAR a funcionar.

O Senhor Deputado Luís Melo chamou a atenção para um repositório de carros velhos na estrada das Teixeira e para a falta de gradeamento junto à ponte da Rua dos Siqueiros.

O Senhor Deputado José Quaresma Domingos disse esperar que seja rapidamente reparado o caminho da Avesseira e da Rua D. Sancho I, perguntou se será arranjado o pavimento junto à obra na Entrada da Vila ou se se vai esperar pela rectificação da estrada e, junto ao Centro de Férias da Sicó, está um muro a cair, sendo necessárias medidas rápidas para evitar a queda.

O Senhor Deputado José Paulo Fraga disse ter perguntado na última Assembleia algumas coisas sobre a Unidade de Engarrafamento de Água, espera obter resposta a elas. Quanto à conduta que está a ser instalada para fornecer a água à Unidade de Engarrafamento e à Vila, qual o diâmetro que está a ser colocado e se é esse o que constava do contrato de adjudicação e caso não seja, se há uma razão para isso.

Perguntou se já foram libertadas as garantias bancárias da construção do Bairro do Outeiro e referiu uma publicação numa revista do Diário de Noticias de 9/2/97 para mostrar que a Região de Turismo da Serra da Estrela não funciona.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Perguntou ainda em que situação está a empreitada de Abastecimento de Água, visto estarem a ser aplicadas multas ao empreiteiro sem que ele entre em obra.

O Senhor Presidente da Câmara disse que quanto ao Ranking Ambiental ele não deixa Manteigas satisfeita porque quer-se ainda melhor. A lixeira já foi desactivada, se já estivesse na altura seria melhor ainda a classificação. Quanto à questão da Região de Turismo, foi tomado nota do apresentado.

No concernente à empreitada de Abastecimento de Água, é verdade que foi aplicada uma multa. Não há o hábito de se aplicarem multas, nem aqui nem em lado nenhum, por isso, os empreiteiros vão deixando andar as coisas até que se resolvem, fazendo adiamentos sucessivos dos terminus das obras. A Câmara de Manteigas pretende levar por diante a aplicação das multas necessárias a quem não cumprir prazos, pois como cumpre a sua parte (pagamentos) sempre a tempo e horas, tem que exigir que os outros cumpram a parte deles.

O Senhor Vereador José Abrantes Serra, que detém o Pelouro das Obras, disse ter tomado nota das chamadas de atenção e serão resolvidas assim que possível. Algumas das obras referidas estão já programadas e na Entrada da Vila o pavimento terá que ser repostado pelo empreiteiro, pois faz parte da empreitada.

Quanto à Unidade de Engarrafamento de Água o Senhor Vereador disse ao Senhor Deputado para pedir esta informação por escrito e que lhe responderá da mesma forma.

No Bairro do Carrascal foram feitas pelo empreiteiro as obras de reparação mas as garantias ainda não foram libertadas.

Quanto à conduta, pensa que ela está a cumprir o que está combinado, mas vai mandar averiguar para confirmar se está ou não correcto.

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou sobre a carta que leu no início em relação ao Loteamento do Olival da Quinta, qual a resposta e para quando.

O Senhor Presidente da Câmara disse que se tinha recusado e continuaria a fazê-lo, a espiolhar o que estava bem ou mal neste campo, antes dele ser Presidente da Câmara. Não fica no entanto insensível à chamada de atenção dos munícipes para os problemas que vão surgindo e que tornam necessário mexer no passado. É compreensível que numa Câmara onde não havia técnicos e o seu Presidente era advogado constantemente para dar parecer sobre estas matérias, haja erros mais ou menos graves nestas situações.

Este loteamento, devido outra situação surgida, agora aparece mais uma, teve que ser visto e chegou-se à conclusão que nunca foi cumprido. Não sabe quem não cumpriu mas nunca foi cumprido. As alterações que houve não têm os pareceres exigíveis das instancias competentes. Há geminações que não deviam existir e existem e outras que deviam existir e não existem. Para poder construir, este munícipe terá que chegar a entendimento com o outro proprietário que fez a outra metade da geminação para construir metade em falta, caso contrário terá que ser alterado o loteamento. A resposta que foi dada à munícipe quando se dirigiu aos serviços da Câmara foi que da maneira que estava, era necessário fazer uma alteração do loteamento. O munícipe terá ficado mais ou menos atrapalhado, pelo que decidiu expor o caso a esta Assembleia. Se o Senhor Presidente entender, a Câmara Municipal dará resposta directa ao munícipe ou se não, dá resposta ao Senhor Presidente e o Senhor depois transmite ao munícipe.

O Senhor Presidente da Assembleia deu despacho à carta para que a Câmara Municipal responda ao munícipe directamente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Cerca das duas horas, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a Sessão, da qual vai ser lavrada a presente acta, que depois de lida, comentada e votada, será assinada pelos Membros da Mesa.
